

CaminhADA: uma leitura situacionista sob a perspectiva da mulher

Walking with Ada: a situationist reading under women's perspective

Isadora Panachão

Arquiteta independente
isadorapanachao@gmail.com

Resumo. O trabalho se propõe a revisitar teorias situacionistas de transformação urbana e apropriação do espaço público sob a ótica da desigualdade de gênero, especificamente através da perspectiva da mulher. O objetivo é explorar o caminhar feminino como um ato político: usando experimentações psicogeográficas nos trajetos cotidianos de duas mulheres paulistas e intervenções pontuais na paisagem urbana com aplicação de cartazes. Através de ambos (trajetos e cartazes) pretende-se provar os limites do conceito liberal de universalidade dos cidadãos e delinear em que níveis a desigualdade de gênero cerceia o direito à cidade daqueles que não se encaixam no padrão de cidadão ideal. Assim o trabalho questiona de que maneira a arquitetura é capaz de gerar debates horizontais que reaproximem sociedade e política à luz das questões de gênero, raça e classe que ainda restringem o pleno direito à cidade.

Abstract. The project revises situationist's theories of urban transformation and appropriation of public space through the lenses of gender inequality, specifically under the perspective of women. The objective is to take women's walking as a political act: using psychogeography experimentations on two women's daily routes in the city of São Paulo (Brazil) paired with posters applications that intervenes in the urban scenario. Through both (routes and posters) it is intended to prove the limitations of the universality of citizens liberal conceit and delimit in what levels gender inequality curtails the right to the city of those who don't fit the ideal citizen standard. Therefore the project questions in what way can the architectural debate reapproximate society and politics in light of gender, race and class issues that still restrain full democratic right to the city.

Palabras clave. Feminismo; situacionismo; direito à cidade; caminhar.

Keywords. Feminism; situationism; right to the city; walk.

Formato de citación. Panachão, Isadora (2019). CaminhADA: uma leitura situacionista sob a perspectiva da mulher. *URBS. Revista de Estudios Urbanos y Ciencias Sociales*, 9(1), 161-178. <http://www2.ual.es/urbs/index.php/urbs/article/view/panachao>

Recibido: 30/09/2018; **aceptado:** 13/06/2019; **publicado:** 24/07/2019
Edición: Almería, 2019, Universidad de Almería

Introdução

O tema do trabalho surgiu da inquietação diante da falta de figuras femininas estudadas ao longo do curso de arquitetura. Mesmo em uma faculdade onde a maioria do corpo discente é composto por mulheres e onde lecionam arquitetas e urbanistas reconhecidas no meio profissional, é raro deparar-se com qualquer menção à contribuição de mulheres para a construção da cidade e da sociedade atual. A estranheza desse fato abriu discussões sobre o tema em diversas faculdades de arquitetura do Brasil, e acabou por convergir no seminário internacional “Onde Estão as Mulheres Arquitetas?”¹, que, a partir da leitura do livro homônimo de Despina Stratigakos, debateu a falta de visibilidade do protagonismo feminino na área.

Ao longo do seminário outras questões foram levantadas sobre a relação entre a questão de gênero e o direito à cidade. Percebeu-se que, embora na academia se discuta a importância dos espaços públicos enquanto locais de expressão da cidadania e dos direitos democráticos, pouco se explora as questões de desigualdade social e de gênero que limitam o acesso de parcelas da sociedade a esses ambientes e, por consequência, a esses direitos. Entende-se que parte do problema deriva do fato de que a maioria das teorias usadas para se ensinar arquitetura datam dos primórdios do século XX, quando essas questões não eram discutidas com amplitude. A necessidade de atualizar essas conjecturas para a realidade do século XXI é, no entanto, evidente.

Dentre essas correntes teóricas, destaca-se o Movimento Situacionista como uma das mais interessantes em termos de propostas para desenvolvimento de um espaço urbano que estimule relações pessoais e fomente a contestação da alienação social.

¹ Ocorreu nos dias 16 a 19 de maio de 2017, no Centro Cultural São Paulo CCSP. Organizado por Catherine Otondo e Marina Grinover, do Base Urbana em parceria com a AACCS e o CAUsp.

O ideal de livre experimentação artística, as derivações como ferramenta de exploração e reconhecimento do meio urbano e a apropriação do espaço público como propulsor de transformações sociais são os pilares do discurso do fundador do movimento, Guy Debord que, ainda hoje, ecoa no imaginário daqueles que se propõem a pensar a cidade.

Em contraponto à ordem valorizada pelos arquitetos modernistas, os situacionistas viam no caos a resposta para o empoderamento da sociedade civil e se esforçavam para inverter a lógica da relação desta com o crescimento do meio urbano. Assim, não mais seriam os arquitetos e os urbanistas os responsáveis por transformar a cidade e a sociedade, e sim os próprios cidadãos, que se encarregariam de mudar a arquitetura e o urbanismo para melhor corresponder às novas demandas do pós-guerra.

Ocorre, porém, que nem todo indivíduo desfruta, na prática, dos mesmos direitos e liberdades que qualificam um *cidadão ideal*, ou seja, aquele que pode usufruir plenamente de sua cidadania. Há grupos sociais historicamente oprimidos e explorados que nem sequer têm a liberdade de andar na rua sem que sua integridade mental e física seja posta em risco (negros, mulheres e LGBTQ+, que não se enquadraram no padrão neoliberal, notadamente caracterizado por homens, brancos, heterossexuais e proprietários) e que, portanto, não têm a mesma oportunidade de experimentar a cidade da maneira proposta pelos situacionistas.

Dessa forma, conclui-se que o direito básico de ir e vir é essencial para o exercício de tais práticas revolucionárias e ignorar a existência de desigualdades que restringem o usufruto dessa liberdade por aqueles que mais anseiam ser ouvidos sobre representatividade no espaço público é novamente limitar o poder de transformação apenas àqueles que já desfrutam do privilégio de serem considerados cidadãos plenos.

A partir dessa percepção fez-se o recorte do tema do trabalho² que se propõe revisitar tais teorias de transformação da cidade e apropriação do espaço público sob a ótica da desigualdade de gênero, articulando as diretrizes situacionistas, as teorias feministas e a discussão sobre direito à cidade; expondo trajetos cotidianos de duas mulheres de diferentes partes de São Paulo e intervindo pontualmente na paisagem urbana por meio de cartazes.

Por entender que é durante os deslocamentos rotineiros que a maioria da população ocupa, quase sem perceber, o espaço público em todo seu potencial revolucionário (e exerce o mais primordial de todos os direitos civis, que é o de ir e vir livremente), o trabalho destaca a importância de se trazer a política para o cotidiano da população através de micro apropriações políticas do espaço público no contexto dos deslocamentos diários da sociedade.

Nesse sentido, a marcação do território urbano por meio dos cartazes é, além de um convite às mulheres para ocuparem o espaço público, uma forma viável e simples de politizar o caminhar e trazer à luz o fato de que o enfrentamento de convenções sociais coloca as mulheres diante do fundamental: se reconhecerem como um grupo que tem direito à cidadania plena e por isso, são capazes de reivindicá-la.

Feminismo e urbanismo: das esferas pública e privada ao direito à cidade

Homer's Odysseus travels the world and sleeps around. Odysseus wife, Penelope, stay dutifully at home, rebuffing the suitors she lacks the authority to reject outright. (Solnit, 2001, p. 235)

A ascensão da sociedade liberal-capitalista deixou às margens de seu progresso grupos que não correspondiam à pretensa *homogeneidade dos cidadãos* imposta pela parcela dominante –notadamente composta de homens brancos heterossexuais e proprietários–, negando-lhes exatamente os direitos universais de igualdade e liberdade em que se baseia toda essa teoria política.

² Trabalho de conclusão de curso apresentado em 2017 à faculdade Escola da Cidade sob a orientação da professora Amália Cristóvão dos Santos.

É nesse cenário que a fagulha do pensamento feminista ganha corpo e se reconhece como ação política organizada empenhada em reivindicar para mulheres a igualdade de oportunidades e acesso aos espaços públicos prevista pela *universalidade* neoliberal como característica fundamental do conceito de cidadania.

Trata-se da fase emancipacionista do feminismo inicial –que surgiu no século XIX e perdurou até meados do século XX– em que se entendia que a solução para o problema da desigualdade entre os sexos dependia somente da inclusão formal das mulheres ao sistema político-democrático vigente, o que, por si só, garantiria a elas o mesmo modelo de direitos antes reservados apenas aos homens (Biroli e Miguel, 2014)

No entanto, é preciso lembrar que tentativas de supressão de tais disparidades por vias legislativas –como a *Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã*³ (Gouges, 1791)– ocorriam pontualmente desde o final do século XVIII no contexto das revoluções burguesas. Porém, por serem iniciativas advogadas por mulheres, eram paradoxalmente mal recebidas pelo próprio corpo revolucionário sendo, por vezes, cruelmente sufocadas e combatidas.

Ainda assim, nos anos que se seguiram (e de fato ainda hoje), a representação feminina na esfera política permaneceu insignificante, o que evidenciou que a questão de gênero demandava, mais do que apenas o reconhecimento legal da cidadania das mulheres, um questionamento profundo das hierarquias sociais dentro e fora das instituições públicas.

A verdade é que o indivíduo abstrato do pensamento liberal, não por acaso, ignora brutalmente as desvantagens sociais históricas sofridas pelos grupos dominados, já que, para a lógica liberalista, a opressão de certas parcelas sociais é fundamental para a manutenção do poder daqueles que se entendem cidadãos racionais aptos a desfrutar das liberdades civis.

Com essa reflexão, a partir dos anos 1960, o movimento feminista assumiu uma posição crítica diante das tendências universalistas do pensamento liberal e, assim como ocorreu com os demais movimentos de emancipação de outros grupos dominados, reconheceu a necessidade de identificar os mecanismos de exclusão que mantinham mulheres longe dos instrumentos de poder político, passando a lutar ativamente pela revisão da essência patriarcal da sociedade liberal, e não mais pela mera incorporação das mulheres ao sistema vigente. À essa guinada objetiva do movimento feminista, dá-se o nome de *feminismo da diferença* (Biroli e Miguel, 2014). As feministas dessa época foram capazes de destacar, dentre muitos mecanismos alienantes, a divisão hermética entre as esferas pública e privada como principal condição propiciadora de desigualdades entre gêneros.

Tal cisão social deriva das *teorias contratualistas* de filósofos políticos como John Locke e Jean-Jaques Rousseau, que defendiam que a racionalização do homem depende de um *contrato social* através do qual, nas palavras de Rousseau, o homem “pode realizar sua própria natureza enquanto homem moral, já que a passagem de um estado para o outro opera uma verdadeira transformação no indivíduo: de um animal estúpido e obtuso, para um ser inteligente e de fato um homem” (Rousseau, 2011, p. 70).

Em contraponto, a mulher segundo estes pensadores é incapaz de compreender a *razão* –por, supostamente, ser extremamente governada pela lei natural–, e por isso encontrar-se num estado pré-político, precisando do auxílio e comando de homens para se adequar a civilidade moderna.

Esse discurso do *destino biológico* que diferenciaria a predisposição racional de homens e mulheres baseou toda a construção do discurso liberal e foi responsável por naturalizar o confinamento das mulheres ao âmbito doméstico e, em seguida tornar o espaço doméstico política e publicamente irrelevante.

³ Escrita por Marie Gouze, nome verdadeiro da escritora revolucionária Olympe de Gouges (1748 – 1793), a declaração levou a autora a ser sentenciada à morte sob a acusação de “trair a natureza feminina” por ter “querido ser um homem de Estado esquecendo as virtudes próprias a seu sexo” (Alves e Pitanguy, 2003, p. 34). De Gouges se opôs publicamente as teorias de superioridade biológica de Robespierre e Marrat, e foi guilhotinada em Paris no dia 3 de novembro de 1793 pelos próprios companheiros de revolução que lutaram ao seu lado pela queda da autocracia monárquica.

A teórica Carole Pateman –uma das principais pensadoras do feminismo da diferença– escreveu em 1988, sobre o *contrato sexual* implícito (porém, muito bem mascarado) nas teorias contratualistas, evidenciando que, sob o *contrato social*, “a diferença sexual é a diferença entre a liberdade e a sujeição” (Pateman, 1993, p. 21).

Pateman demonstra que o contrato original é dividido em dois subcontratos: o primeiro (contrato social) traz o governo Estatal das leis sobre os homens. Já o segundo (contrato sexual) legitima o poder dos homens sobre as mulheres, certificando a eles superioridade política e garantia de acesso sistemático aos corpos femininos subjugados, já que retira das mulheres a capacidade de consentir e a autonomia de dizer não. Essa teoria reveladora tem mérito justamente por vincular diretamente o liberalismo ao patriarcalismo e, mais ainda, a relação de ambos com o capitalismo (Moura, 2014).



Figura 1. Fotografias de vigilância de militantes sufragistas nas fichas criminais da polícia inglesa, 1913

A crítica à dualidade das esferas é a questão central do movimento feminista pós anos 1960, pois expõe as relações de poder na vida cotidiana e os limites da *universalidade* como posição neutra para definição dos direitos civis, mas também evidencia que a construção de uma sociedade verdadeiramente democrática depende da vinculação da vida política com a vida social, partindo do entendimento que os direitos e poderes que se estabelecem em uma esfera afetam diretamente os direitos e relações que se desenvolvem na outra, e que, por tanto, a politização da âmbito privado é imprescindível para o equilíbrio das relações de gênero em ambas as esferas.

O slogan feminista “*o pessoal é político*” nasce desse desejo de se politizar a esfera privada sem abrir mão completamente da privacidade e das liberdades individuais que garantem o direito ao aborto legal e a livre expressão da sexualidade, por exemplo, mas sim atentando para a necessidade de intervenções pontuais para regulamentação do âmbito privado naquelas situações onde há opressão e injustiça contra os tradicionalmente vulneráveis.

O feminismo da diferença advoga pela heterogeneidade do âmbito público por acreditar que é essa a chave para uma sociedade mais democrática.

Reivindicar representatividade por meio de cargos políticos é uma forma de garantir a apropriação da esfera pública por identidades não binárias, outra forma é ocupar fisicamente os espaços públicos da cidade de forma massiva e organizada, usando-se deles para reivindicar transformações sociais e, por vezes, enfrentar as repressões do Estado à esse tipo de manifestação.

Mas não só por grandes atos públicos, passeatas, marchas e aglomerações políticas é que se ocupa o espaço público. De fato, o mais comum é usufruir dele em uma escala mais corriqueira, nos deslocamentos cotidianos; aquele transitar diário entre casa, trabalho, dever ou lazer. É durante esses deslocamentos que a maioria da população ocupa, quase sem perceber, o espaço público em todo seu potencial revolucionário e exerce o mais primordial de todos os direitos civis que é o de ir e vir livremente.

Na prática, porém, o direito a mobilidade e ao acesso à cidade não é universal se pensarmos nas diversas camadas de desigualdades sobre as quais a sociedade urbana foi estruturada.

O grau de mobilidade urbana de um indivíduo pode variar de acordo com fatores como cor da pele, classe social, local de origem, entre outros. O fato é que um homem negro da periferia não experiêcia a cidade com a mesma liberdade de um homem branco de classe média alta, pois, como observa Rebecca Solnit,

Black men nowadays are seen as workingclass women were a century ago: as a criminal category when in public, so that the law often actively interferes with their freedom of movement. (Solnit, 2001, p. 242).

O acesso à cidade também não é neutro quanto ao gênero: segundo pesquisa do IBOPE 2015⁴, mulheres são maioria dentre os passageiros de transporte público e também dentre os que preferem o deslocamento a pé, enquanto que homens compõe a maior parte dos motoristas de automóveis particulares.

Outra pesquisa de 2015 do METRO⁵ mostra que as mulheres têm motivos de deslocamentos muito diversificados quando comparados aos dos homens. Isso se deve ao fato de elas ainda serem as únicas responsáveis por desempenhar o trabalho reprodutivo na maior parte dos lares brasileiros, fazendo deslocamentos que envolvem por exemplo o trânsito entre casa, trabalho, supermercado, escola, creche, posto de saúde, casa de familiares dependentes, lazer, dentre outros destinos (uma responsabilidade herdada da *divisão sexual do trabalho*), enquanto os homens se deslocam principalmente para atender as necessidades do trabalho produtivo resumido no transitar entre casa e trabalho.

Esses dados, contribuem para entender em que níveis mulheres têm sua liberdade de locomoção reduzida em uma cidade como São Paulo, que tende a privilegiar o transporte individual automotivo (em detrimento de transporte público e de pedestres) e valoriza uma lógica de mobilidade urbana que atende prioritariamente às demandas do deslocamento ligado ao trabalho produtivo, mas torna-se insuficiente quando deve atender a complexidade de um deslocamento ligado ao trabalho reprodutivo.

Haydée Svab, autora do mestrado, *Evolução dos Padrões de Deslocamento da Região Metropolitana de São Paulo* (2016), destaca a importância do engajamento daqueles que realmente vivenciam a cidade nas metodologias participativas que contribuem para formulação de políticas públicas mais inclusivas, na medida em que valorizam a particularidade das experiências ao mesmo tempo que contemplam a heterogeneidade social (como ocorreu durante as reuniões abertas de debate do plano diretor de São Paulo em 2015), e explica:

[...] assim poderia se dar a oportunidade para a mulher negra periférica, a branca de classe média, a transexual, o idoso com mobilidade reduzida e a criança que vai à escola, entre tantos outros perfis, expressarem suas demandas a partir de suas vivências, influenciando as decisões do poder público. (Svab, 2016).

No entanto, para que essas iniciativas funcionem, cabe à população buscar a instituição pública para ter suas demandas ouvidas (interrompendo sua rotina com todos os empecilhos que isso possa acarretar). O fato de serem raros os cidadãos que dispõem de tempo livre e autonomia política –coisas pouco oferecidas pelo regime de trabalho contratual da maior parte da população brasileira–, juntamente das

⁴ <http://www.ibope.com.br/pt-br/noticias/Documents/RSB%2027%20Mobilidade%20Urbana%20Setembro%202015.pdf>

⁵ <https://cidadeape.org/category/pesquisa-origem-destino-do-metro/>

dificuldades de divulgação que iniciativas como essa enfrentam, tornam os esforços de aproximar políticas públicas e sociedade ainda mais árduos.

Diante dessa reflexão fica óbvia a importância de se trazer a política para o cotidiano da população através de *micro apropriações políticas* do espaço público no contexto dos deslocamentos diários da sociedade.

Daí depende-se a relevância do caminhar enquanto ferramenta de apropriação do espaço público e de combate à alienação político-social, já que é através dele que se conhece a cidade em que se vive e familiariza-se com seus significados práticos e metafóricos.

Nas palavras de Rebeca Solnit, “caminhar é uma demonstração corpórea de convicções políticas ou culturais e uma das mais universalmente acessíveis formas de expressão pública” (Solnit, 2001, p. 217).

A internacional situacionista e a figura da mulher

A consolidação do capitalismo depois da segunda guerra mundial embrenhou nas populações ocidentais o consumismo como valor sócio econômico da modernidade.

Essa fetichização das *commodities* tornou felicidade sinônimo de aquisição de objetos, incentivada pela publicidade, e mascarou efeitos colaterais significativos da adoção do ideal liberal capitalista: o distanciamento social dos indivíduos e a desconexão deles com as questões sociais comuns pelo fenômeno chamado *individualismo*.

É nessa época, também, que a publicidade consolida a associação da figura feminina ao simbolismo do *desejo moderno* de consumo e sucesso, usando-se da erotização do corpo da mulher para sexualizar os produtos ofertados nas propagandas.

Tal *alienação do desejo* levou, nas palavras de Guy Debord, à “degradação do erotismo e do desejo à um espetáculo vazio, como uma strip-tease anticlimática” (Debord, 1960).

Nasceu, nesse contexto, em 1958, a Internacional Situacionista (I.S.) a partir da aliança entre poetas, artistas, escritores, críticos e cineastas dissidentes do Letrismo e do grupo CoBRA que, influenciados pelas correntes vanguardistas dadaísta e surrealista, se uniram sob a liderança de Guy Debord com objetivo de “superar a arte” (Dampsey, 2011), vinculando discurso político e produção artística radical para abolir a noção de arte como atividade especializada separada da vida cotidiana.

Através da publicação da série de revistas que leva o nome do movimento, os situacionistas apresentaram ao mundo seu manifesto contra a chamada *sociedade do espetáculo* e seus vícios alienantes.

Os integrantes da I.S. se contrapunham aos arquitetos e urbanistas modernistas (por eles tidos como organizadores do espaço, apaziguadores de conflitos e alienadores do desejo), já que viam no caos a fonte mais fecunda da motivação revolucionária, aproveitando-se dele para compor seus manifestos que visavam fazer do próprio espaço público –campo profícuo para incentivar relações e conflitos– um palco de transformações sociais.

Eles propunham a criação de um novo urbanismo em que a sociedade é quem transforma e educa a arquitetura e a urbanidade à sua volta.

Nas palavras de Guy Debord: “O novo urbanismo é inseparável das transformações econômicas e sociais felizmente inevitáveis. É possível se pensar que as reivindicações revolucionárias de uma época correspondem a ideia que essa época tem da felicidade” (Debord, 1960).

Três métodos eram usados pelos situacionistas para sustentar suas teorias revolucionárias nas práticas artísticas urbanísticas. Eram elas: a *construção de situações*, o *detournement* e a *psicogeografia*.

Construção de situações é a criação de objetos de arte em circunstâncias não convencionais como uma forma de protestar a onda de comercialização da arte moderna que despia tanto obra como artista de seus potenciais político-instigadores, transformando-os em uma mercadoria mais palatável para o consumo burguês.



Figura 2. Fundadores da I.S. em Cosio d'Árroscia, Itália 1957. Da direita pra esquerda: Guiseppe Pinot Gallizio, Piero Simondo, esposa de Simondo, esposa de Debord, Guy Debord, Asger Jorn e Walter Olmo. As figuras recortadas são a artista Elena Verrone e Michele Bernstein, que integrou a I.S. do começo ao fim do movimento. A maioria dos textos sobre o movimento se referem a ela como “mulher de Guy Debord”

Détournement (deturpação; desvio, numa tradução literal) é a técnica de se apropriar de imagens ou objetos *readymades* e alterá-los para subverter seu significado original. Pintar por cima de quadros de natureza morta comprados em brechós, recortar páginas de livros clássicos, usar imagens de anúncios publicitários para ilustrar manifestos políticos são exemplos da aplicação da técnica usada pelos integrantes da I.S. durante suas experimentações artísticas.

Psicogeografia é o termo usado para designar uma série de táticas de percepção espacial-sensitiva do espaço urbano destinadas a avaliar o “impacto psicológico da cidade sobre seus habitantes” (Dampsey, 2011, p. 214).

Dentre essas táticas está a deriva: o ato de caminhar sem destino pré-definido pelas ruas de uma cidade registrando de forma subjetiva e sistemática as impressões do percurso.

Esse caminhar incerto, porém focado, sujeito ao acaso dos eventos climáticos e ao caos da modernidade urbana, consiste de um comportamento lúdico-construtivo que, para os situacionistas, permitia o arejamento do pensamento arquitetônico-urbanístico da época que valorizava demasiadamente a racionalização e a ordem do pensamento projetual.

Contudo, pode-se perguntar qual a extensão do anseio incendiário dos situacionistas e de que forma ele impacta a figura da mulher no contexto revolucionário.

As revistas-manifestos da I.S. estão recheadas de reproduções de fotografias *readymades* de celebridades femininas, modelos nuas e anúncios publicitários mostrando belas mulheres em poses provocantes ou em situações sugestivas. Como nos magazines, nos filmes e nas propagandas de onde eram tiradas, essas imagens compunham a *fantasia da feminilidade* e pretendiam representar o desejo, porém não da forma como se intentava originalmente.

Uma vez apropriadas pelos situacionistas sob o conceito de *detournement*, e vinculadas ao conteúdo incendiário de suas revistas críticas, essas imagens passavam a carregar uma profundidade de significados que antes lhes faltava e tornavam-se elas mesmas a expressão visual da crítica à *alienação do desejo*.

As peças publicitárias, em seu estado original, usavam-se das figuras ultra sensualizadas de *mulheres irrealis* para excitar o consumidor, mas logo o frustravam justamente por evidenciar a incompatibilidade da realidade com o ideal de felicidade exibido na propaganda. Assim o consumidor ficava mais vulnerável aos apelos do consumismo, por se ver obrigado a substituir a satisfação de um desejo sexual, despertado pelo anúncio, pelo prazer da compra do produto anunciado (Baum, 2008).

Essa interpretação da *comercialização das relações eróticas*, no entanto, toma o “consumidor” por um sujeito inescapavelmente masculino, ignorando por completo os efeitos desse tipo de publicidade sobre a população feminina que também a assiste e consome.

De fato, em todo o manifesto situacionista, o papel (e em muitos casos a própria existência) da mulher na sociedade capitalista nunca é sequer questionado. Como observou Susan Rubin Suleiman em seu ensaio intitulado, *Subversive Intent: gender, politics and avant-garde*.

The situationist appear to have been more of a ‘men’s club’ than the surrealists. Whereas the surrealists, even in their early years, privileged woman as intermediaries in their quest for self [...], the situationist seem to have ignored woman altogether – except perhaps as sex objects in the most banal sense. (Suleiman, 1990, p. 214).

Observa-se aí, a fusão que os situacionistas fazem entre a mulher real e a imagem publicitária da *mulher irreal*. Para eles, a figura da mulher virou símbolo da simbiose entre o *erotismo moderno* e a *sociedade do espetáculo*, configurando, não só um sintoma da *crise do desejo*, como também a sua própria causa.

Nessa leitura, os situacionistas criticam o uso da imagem de mulheres pela publicidade, não porque estas as objetifiquem ou oprimam, mas porque ferem a virilidade e os anseios dos homens sujeitos a ela.

Diante dessa conclusão, no entanto, é preciso notar que essa visão falo-centrada dos situacionistas é fruto de estereótipos de gênero inerentes à sua época e é, justamente por esse motivo que, não só os situacionistas, como a maioria dos movimentos radicais artísticos políticos dos anos 1960, reproduziam em suas práticas revolucionárias as tendências excludentes do patriarcalismo, paradoxalmente alienando mulheres de seu potencial insurgente.

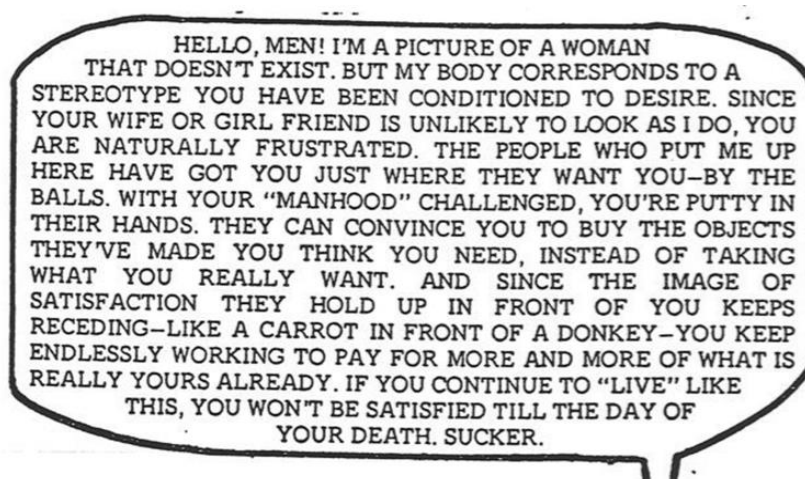


Figura 3. Ken Knabb, Sin título, 1970

LE. SITUAZIONISTA

L'Anglaterra leur avait complètement caché entre temps, et pensent être à la pointe du scandale en se proclamant républicains. « On continue de jouer des pièces, écrit Kenneth Tynan, qui sont fondées sur la ridicule idée que les gens craignent et respectent encore la Couronne, l'Empire, l'Eglise, l'Université et la Bonne Société ». Ce mot (« on continue de jouer des pièces... ») est révé-





Som SITUAZIONISTISK INTERNATIONALE... det er mere berejst til... lader som det end... til gille sig med en fascist som SITUAZIONIST...

Volantino situacionista in Danimarca.

Como eco ai «fumetti» spagnoli, che sfidano insieme la censura propriamente politica e la censura morale dei preti, l'I.S. ha diffuso questa fotografia in Danimarca, dove il fidanzamento della figlia del re socialdemocratico con il sovrano greco ha sollevato le proteste educative della sinistra. Christine Keeler, sulla famosa foto attribuita a Tony Armstrong-Jones, dichiara: «Come dice l'I.S., è molto più onorevole essere una putana come me piuttosto che la sposa di quel fascista di Costantino».



LES JOISSANCES PRODUIT PRODUIT-ELLE DE CONSIDERER AIX JOISSANCES QUI RENDESSENT A DES ADMIRER BIKIN PLUS FIGURER OUCH INAPPROPRIABLES DE LA RIVIERE DES PRIXES SOCIAUX RE DU REVENDEMENT DE TOUTES LES LOIS ?



Marilyn Monroe, 5 août 1962 : la spécialisation du spectacle de masse constitue, dans la société du spectacle, l'épicentre de la séparation et de la non-communication.

j'aime ma caméra
parce que
j'aime vivre

j'enregistre les meilleurs moments de l'existence

je les ressuscite à ma volonté dans tout leur éclat



LA DOMINATION DU SPECTACLE SUR LA VIE

Cette publicité de la caméra Eumig (été 1967) évoque très justement la glaciation de la vie individuelle qui s'est renversée dans la perspective spectaculaire : le présent se donne à vivre immédiatement **comme souvenir**. Par cette spatialisation du temps, qui se trouve soumis à l'ordre illusoire d'un présent accessible en permanence, le temps et la vie ont été perdus ensemble.

Figura 4. Imagens “deturpadas” que ilustram as revistas da I.S

O caminhar da mulher como ato de resistência

Walking is a primary cultural act and crucial way of being in the world, those who have been unable to walk out as far as their feet would take them have been denied not merely exercise or recreation but a vast portion of their humanity. (Solnit, 2001, p.245)

Nos dias de hoje seria inconcebível defender um conjunto de práticas políticas que ambicionem revolucionar o direito à cidade sem levar em conta as discussões levantadas por movimentos marginalizados como o Movimento Negro, o Sem Teto, e o próprio Movimento Feminista.

Mas isso não significa dizer que toda a reflexão feita sobre o tema pelos situacionistas deva ser desconsiderada. É preciso apenas trazê-la para a atualidade através de discussões que reconheçam suas limitações relativizando o contexto em que elas foram elaboradas e as problemáticas sociais por elas deixadas de fora.

Ao que diz respeito à questão de gênero, mais especificamente à questão da voz da mulher nessas práticas transformadoras, deve-se identificar que tipo de impedimento se apresentaria à mulheres que desejem pôr em prática as diretrizes propostas pelos situacionistas.

A estratégia da *deriva* em particular, parece ser especialmente problemática ao levar em conta o fato de que, historicamente, mulheres foram punidas por executar essa simples liberdade de caminhar por onde bem entendem.

Isso porque, para sociedades preocupadas em controlar a sexualidade feminina, o caminhar da mulher, assim como seu próprio corpo, é construído como instância performática inevitavelmente sexual.

Duas leituras podem ser feitas sobre a sociedade patriarcal a partir dessa afirmação: a primeira é que o fator visibilidade (no sentido de possibilidade de ser visto ou não) da mulher é tida como sinônimo de disponibilidade/acessibilidade sexual. A segunda vai no sentido de dizer que a palavra e a vontade de uma mulher têm pouco valor quando se trata de investidas sexuais indesejadas, sendo imprescindível uma barreira física entre homens e mulheres para garantir a integridade feminina.

Pode-se apontar ainda a separação entre “mulher respeitável” (do lar) e “mulher pública” (da rua), como uma distinção que contribui para qualificar a sexualidade feminina como uma questão de gestão pública e que delega à mulher a necessidade de justificar sua presença no espaço público através de atividades tidas como “aceitáveis” (sair para ir às compras, por exemplo era a única forma pela qual uma moça burguesa do século XIX poderia experimentar a vida urbana sem ter sua moral questionada. Uma vez fechadas as lojas, também se fecham as portas para o mundo exterior).

As marcas dessa associação são reproduzidas inclusive na linguagem cotidiana em que, com a mesma naturalidade com que se aceita o masculino como sendo o genérico da humanidade, se reproduzem termos e expressões que sexualizam o andar feminino. Como exemplifica Solnit:

Among the terms for prostitutes are streetwalkers, woman of the streets woman on the town and public woman (and of course such phrases as public men, man about town and a men of the streets mean very different things than do their equivalent attached to women). (Solnit, 2001, p. 234)

A realidade é que a presença feminina no espaço público com frequência se transforma em uma invasão do seu espaço pessoal (e em muitos casos de sua intimidade), seja de forma verbal ou física, justamente por causa da conotação sexual que a ela foi imposta.

Por isso, não são raros os casos de assédio sexual e estupro (registrados todos os dias na cidade com frequência alarmante) que ocorrem em lugares como ônibus, trens e metrô, mas que têm a legitimidade da denúncia da vítima questionada simplesmente por atribuir a ela a responsabilidade de se “resguardar” do alcance de possíveis agressores.

Contudo, é importante frisar que a questão do conforto da mulher ao caminhar na rua perpassa, mais do que a real condição de segurança dos espaços por ela percorridos, a noção da sensação de segurança que ela tem ao se deslocar por esses lugares.

Vários fatores influem nessa percepção: boa iluminação pública, calçadas ativas (sem grandes extensões de muros cegos), térreos vivos abertos para atividades comerciais e culturais, horários estendidos de funcionamento de equipamentos públicos, comércios e transporte (para garantir vida noturna segura) e calçadas mais largas são alguns deles. Mas, principalmente, a sensação de que não se está andando sozinha, de que, por aquele mesmo caminho, por aquelas mesmas situações, também passam centenas de outras mulheres muitas vezes ignorantes ao fato de que elas compõem uma massa poderosa de andarilhas, conforta.

Diante desse cenário pareceu relevante ao trabalho explorar a exaltação do caminhar feminino através de experimentações psicogeográficas em percursos cotidianos de mulheres e intervenções pontuais na paisagem urbana que transmitam mensagem empoderadora que contribua para o aumento da sensação de segurança e conclame mulheres a usar o caminhar de forma consciente como forma de resistência política.

Trajetos

Revolutions are always politics made bodily, when actions become the usual form of speech. (Solnit, 2001, p. 220)

Obs: a partir desse momento tomarei a liberdade de usar a primeira pessoa, já que minha experiência pessoal compõe um dos trajetos de experimentação realizados para essa parte do trabalho.

Reconhecer a minha condição social privilegiada nesse ponto é importante para frisar que, embora eu faça parte do grupo demográfico genérico “mulheres” (e enfrente os estigmas psico-sociais que disso decorrem), de maneira alguma a minha experiência pessoal pode ser tomada como representativa da população feminina como um todo. Novamente entra em cena a questão das diversas camadas de desigualdades históricas que fazem com que a minha vivência seja completamente diferente da de uma mulher negra, pobre, mãe, gay ou trans, por exemplo.

Acabei por trabalhar a psicogeografia situacionista como uma forma de pesquisar as questões de gênero envolvidas no caminhar urbano. Porém, a ideia de fazer isso através de uma longa deriva concreta pela cidade de São Paulo me pareceu um tanto caricata.

A mim interessava mais o andar cotidiano, o caminhar rotineiro, aquele que normalmente fazemos (quase que sob um estado de transe) todos os dias de um compromisso ao outro, sempre com um ponto de partida e um de chegada muito bem delimitados. Elegi, por tanto, dois trajetos que compunham o dia a dia de duas mulheres diferentes.

O primeiro, meu próprio, que consiste de um caminho que faço a pé pelo menos três vezes por semana: da minha casa até uma academia.

O segundo, é da Priscila Almeida, também estudante de arquitetura que gentilmente se dispôs a compartilhar comigo o trajeto que faz todos os dias da sua casa na cidade de Barueri até a sua faculdade no bairro da Mooca em São Paulo.

Isadora

Faço esse percurso às segundas, quartas e sextas, em 4 horários diferentes (pela manhã: ida às 8h e volta às 10h. Pela noite: ida às 19h e volta às 21h)

Percebi que me sentia mais confortável andando de dia do que de noite, talvez pelo fato do fator luz solar contribuir para aumentar a minha sensação de segurança, mas, para além disso, porque tinha a impressão de que no período da manhã havia mais mulheres andando na rua.



Figura 5. Trajeto Isadora

Desenvolvi um método para contar quantos homens e quantas mulheres cruzavam meu caminho do começo ao fim do percurso. Com um contador manual em cada mão eu somava, na mão esquerda as mulheres e na direita os homens.

Os números eram curiosamente equilibrados nos períodos das 10h e das 19h, mas flutuavam bastante durante a manhã (muito mais mulheres do que homens) e a noite (mais homens que mulheres).

Compus um diário de anotações onde escrevia pensamentos, sensações e relatos de momentos interessantes durante o meu percurso. A partir dessas anotações, ilustrei o meu trajeto.

A minha rua tem calçadas largas, é arborizada. À noite a iluminação projeta uma longa sombra à minha frente, assim posso ver se tem alguém andando atrás de mim antes que a pessoa se aproxime demais. Observo as sombras projetadas com a certeza de que não serei surpreendida por um agressor pelas costas e me surpreendo em perceber o quão frequentemente busco maneiras de antever situações de risco enquanto caminho.

Há alguns símbolos feministas desenhados em postes ao longo da rua. Avistar os símbolos me traz conforto, está ali a marca de uma mulher, a bandeira de conquista daquele espaço que funciona também como um convite. No entanto, a partir de um certo trecho do caminho, percebo que os símbolos foram cobertos por pichações, apagados por riscos profundos e cobertos por frases agressivas de teor sexual.

A resposta à marca feminina na rua prova a herança patriarcal nos tempos modernos. O símbolo feminista ofende a quem? A mulher na rua agride a quem?

Na rua Barão da Passagem a calçada é estreita. De um lado os muros são altos e cegos e, embora haja postes tomando boa parte da calçada, não há iluminação pública. Ainda assim, é por esse lado que a maioria dos pedestres opta por passar.

Do lado oposto há uma delegacia de polícia, a calçada é mais larga, mas geralmente está ocupada pelos carros do batalhão. À noite a frente da DP parece vazia, mas a sua presença é inegável. Há uma aura ostensiva em seu entorno, pra mim esse trecho nunca foi confortável.

Nele, um grupo de jovens negros passou por mim rindo, eles vestem o uniforme de uma escola pública do bairro, um deles grita para um colega que está do outro lado da rua “vai ficar aí na frente da DP sozinho? Cuidado que você toma um enquadro, hein?”. O amigo ri, mas atravessa a rua para se juntar ao grupo.

A presença da polícia não é sinônimo de sensação de segurança. Ainda mais no Brasil, ainda mais se você é negro.

A rua Carlos Weber é tomada por comércio e tem vida agitada.

À noite, carros e manobristas tumultuam o passeio público e congestionam a rua, param sobre calçadas e ciclo-faixas. Os pedestres desviam como podem. Parece que a prioridade no tráfego lhes é tirada a partir do momento em que os bares abrem e o passeio público só tem valor se servir à iniciativa privada.

Durante a manhã o fluxo de mulheres é intenso: são as empregadas domésticas andando da estação de trem até o miolo do bairro residencial onde o transporte público não chega. Elas caminham em grupo, se conhecem. Escutei uma delas combinando com as demais um ponto de encontro para que à noite, ao fim do expediente, também possam voltar à estação juntas. Esse parece ser o artifício que confere mais segurança: o “não andar sozinha”.

Priscilla

Encontrei com a Priscila na faculdade São Judas Tadeu às 18h 30. A ideia era acompanhá-la durante o caminho até sua casa em Barueri.

Priscila faz esse percurso todos os dias, geralmente às 7h e às 19h.

Os arredores imediatos da Faculdade São Judas são tomados pelo trânsito de saída e entrada dos alunos em sua maioria a pé. As calçadas são muito pequenas e não podem acomodar o fluxo de pedestres que invadem a rua e andam entre os carros. Priscilla me conta que o conflito entre pedestres e motoristas é constante e que em mais de uma ocasião testemunhou brigas e acidentes naquele trecho.

Em frente à Faculdade fica o parque da Mooca que está hoje lacrado devido a uma ação da prefeitura para conter o tráfego de drogas na região.

Para o poder público pareceu mais razoável privar toda a população de um espaço de lazer arborizado do que enfrentar o problema da venda e consumo de drogas com políticas humanitárias integradas. Não surpreendentemente, essa interdição fez apenas com que os usuários traficantes se espalhassem pelo entorno do parque, dando origem a diversos outros pontos de drogas.

Priscila, que antes atravessava o parque para fazer um caminho mais curto até o metrô, agora tem que escolher entre contornar o parque andando ou pegar um ônibus. O fato de o parque ser murado e bem próximo a um viaduto escuro, debaixo do qual o tráfego de drogas ainda acontece, faz ela preferir o ônibus.

No ponto de ônibus, uma longa fila. Um colega de Priscilla, que também espera o ônibus conosco conta que não se importa de pular o muro e atravessar o parque vazio sozinho. Geralmente é o que ele faz quando não está com o laptop na mochila. Nos dias em que tem que trazer o aparelho, no entanto, prefere ir de ônibus até a estação de trem, já que seu maior medo é ser assaltado dentro ou nos arredores do parque. Priscila ri. Para o colega homem, a possibilidade de sofrer violência sexual em um espaço público não é um cenário a ser considerado. Para ela, no entanto é a preocupação número um, mesmo dentro do ônibus, Priscilla está atenta para escolher lugares estratégicos que a resguardem de assédio.

Na linha vermelha do metrô, trens cheios. O objetivo é ir até a estação Barra Funda, no entanto, se voltarmos uma estação no sentido contrário temos a chance de pegar um vagão mais vazio, assim fazemos.

Da estação Belém até a estação Lapa fazemos a viagem sentadas. Falamos pouco, Priscilla admite que está cansada. A jornada diária até a sua casa é desgastante, mas está só começando.

Baldeamos para CPTM, linha Diamante. Há menos pessoas nos trens. Sentamos, são 11 estações até Barueri. O número de mulheres no vagão supera o número de homens.

Na estação Domingos de Morais os trens são tomados de camelôs vendendo de tudo, desde comida à fones de ouvido e pen drives. Os vendedores falam alto. Priscilla me conta que na maior parte das vezes não escuta o que eles falam, já que aproveita o tempo da viagem para ler ou adiantar algum trabalho da faculdade. O vagão está novamente lotado, agora há mais homens que mulheres.

Já na estação Santa Terezinha os camelôs desaparecem. Quando faço meu caminho de volta pra casa há guardas do metrô monitorando os vagões.

Os guardas são imponentes, vestidos de preto e portando cassetetes. É curioso perceber que a patrulha dos trens tem o objetivo de inibir o comércio clandestino, mas de alguma forma imprimem uma atmosfera hostil à viagem.

Na estação final, Priscilla me conta que por causa do corte dos benefícios do bilhete único (que reduziu as horas de comutação gratuita de três pra duas horas), ela não pode pegar o ônibus intermunicipal do terminal até sua casa sem que tenha que pagar a taxa de transição de R\$ 5,00. A alternativa é pegar um outro ônibus, fora do terminal, na rodovia que separa a cidade de um grande acampamento militar cercado.

Às vezes ela consegue coordenar a sua chegada ao terminal com a do irmão, assim Priscilla pode usar o bilhete dele para pagar o intermunicipal, já que o irmão raramente usa o transporte público –ele tem carro próprio– e acumula créditos do vale transporte da empresa em que trabalha. Hoje o irmão está de carro e não vai passar pelo terminal.

Acompanho Priscilla para fora da estação de trem, atravessando a rodoviária de Barueri, e seguimos em direção ao ponto de ônibus. Já passam das 21h e a maior parte do comércio está fechada, as ruas estão vazias e o terminal parece ser o único lugar iluminado nos arredores.

Um túnel para pedestres liga a saída do terminal à rodovia, Priscilla me pergunta se eu tenho medo de aranhas e aponta pra cima, no teto da passagem infiltração e teias se sobrepõem.

O túnel é muito iluminado, talvez até em excesso, parece compensar algo com suas luzes brancas que emitem um zumbido elétrico. Além de nós, só um homem anda a passos rápidos à nossa frente. Não cruzamos com ninguém no sentindo contrário. Rimos, aqui estamos em uma caricatura de filme de terror.

Do outro lado, avistamos a rodovia, 4 pistas largas de mão única ladeadas por calçadas tímidas. Andamos 100 metros até o ponto de ônibus. Somos as únicas pessoas à vista. Mesmo o tráfego escasso da rodovia confirma a atmosfera erma da noite. Depois de 20 minutos, um ônibus estaciona a nossa frente, dentro apenas o motorista e o cobrador.

Pergunto se Priscilla quer companhia até a sua casa, ainda faltam 25 min de trajeto, ela agradece, mas dispensa. Está acostumada.

Nos despedimos, ela pede que eu a avise quando chegar na minha casa para saber que voltei em segurança, eu peço que ela faça o mesmo.

Priscilla sobe no ônibus e se acomoda num banco central com seus fones de ouvido. O ônibus parte e eu me apresso para não perder o último trem das 23h, pensando na viagem de duas horas de volta à São Paulo.

Depois de nosso encontro, pedi que ela me mandasse fotos do seu caminho, das coisas para as quais ela geralmente olhava durante seu longo trajeto. A partir das fotos dela, fiz uma montagem para ilustrar a experiência que fizemos juntas.



Figura 6. Trajeto Priscilla

O cartaz

A vontade de exaltar o andar da mulher enquanto ferramenta política culminou na criação de um cartaz a ser espalhado pela cidade. O objetivo é incentivar a marcação feminina da paisagem como bandeiras de conquista do espaço.

Em ressonância com a prática situacionista de *detournament*, a montagem do cartaz foi feita a partir de recortes de figuras femininas publicadas em revistas voltadas para o público masculino (playboy), com o objetivo de resignificar aquelas imagens para que passem a dialogar diretamente com as mulheres pedestres.

Num apelo lúdico, criou-se um personagem: ADA, a entidade protetora das andarilhas. Seu olhar é a soma dos olhos de todas as mulheres que caminham, desbravando rotas e velando umas pelas outras, em um cuidar coletivo que fortalece o ato de andar mesmo quando feito individualmente.

A marcação do território urbano por meio dos cartazes é, também um convite às mulheres para ocuparem o espaço público, uma forma viável e simples de politizar o caminhar e trazer à luz o fato de que o enfrentamento de convenções sociais coloca as mulheres diante do fundamental: se reconhecerem como um grupo que tem direito à cidadania plena e por isso, são capazes de reivindicá-la.

Ada pretende mostrar que esse caminho não deve ser solitário. Sob seu olhar somos lembradas de toda a luta que foi feita até aqui e que deve continuar sendo feita sem medo.

Conclusão

Na atual discussão sobre direito à cidade e apropriação social dos espaços públicos, a rua se apresenta como o lugar de reivindicação política mais democrático e acessível, onde os que têm menos poder podem fazer história à sua maneira.

Os situacionistas já apontavam a importância de “ir à rua” para combater a alienação política-social da era moderna. Já o movimento feminista lutou para conferir às mulheres esse mesmo direito de expressão.

Atualmente, voltar o olhar para as demandas das minorias parece ser o caminho adequado para revitalizar desertos criados pela lógica universalista, uma vez que cidades capazes de propiciar altos índices de satisfação para os mais diversificados grupos sociais são aquelas que garantem a maior expressividade democrática de seus habitantes como um todo.

Nesse sentido, o recorte de gênero explorado por este trabalho, justifica sua relevância na medida em que toma o caminhar da mulher como índice indicativo de qualidade de vida urbana, sendo possível, através da melhoria das condições concretas e subjetivas que permeiam o deslocamento feminino, aprimorar a qualidade de vida da sociedade de modo geral.

Entende-se que as condições concretas para incentivar o pedestrianismo perpassam o redesenho da malha urbanizada e a reconexão com a escala humana (Gehl, 2017) através de ações do poder público como: o incentivo do uso misto do solo; a implementação de um transporte público integrado e de confiança; a diversificação dos modais de deslocamento; a redução dos subsídios para carros individuais, e a redistribuição espacial das áreas destinadas a pedestres e carros.

mulheres!
nosso caminhar tem poder. nosso caminhar é político.



Ada significa
"aquela que é próspera".

Uma mulher não anda sozinha;
junto dela andam centenas de outras
mulheres.
Junto de todas anda Ada, a protetora
das andarilhas.

Caminhar é uma das mais universal-
mente acessíveis formas de expressão
pública.
É a forma de expressão primordial
do direito de ir e vir livremente.
Caminhar é, em si, um ato político.

Caminhe com Ada.

use o poder da
caminh **ADA**

Figura 7. Cartaz.

Contudo, cabe à sociedade pressionar o Estado para que tais ações sejam priorizadas pelo planejamento urbano e também para que retrocessos como o que reduziu a mobilidade da Priscilla possam ser impedidos antes que se materializem.

Já no âmbito das condições subjetivas, a sensação de segurança aparece como prioridade número um. É preciso lapidar o ambiente público para acolher a mulher confortavelmente com iluminação adequada e fachadas ativas que ajudem a tornar as ruas vibrantes e conseqüentemente mais seguras, mas também é importante encarar o deslocamento como um ato de resistência e retomada do caráter cívico do espaço comunal conquistado em meio à profusão de privatizações das áreas urbanas.

Os trajetos foram pensados de forma que desmitificassem o caminhar feminino enquanto performance sexual e negassem o estigma de espetáculo (justamente por apresentar a trivialidade daqueles deslocamentos). Os cartazes, por sua vez, configuraram micro apropriações do espaço público que advertiam sobre a necessidade de se politizar o cotidiano.

Através de ambos (trajetos e cartaz) é possível provar os limites da universalidade dos cidadãos e aprender em que níveis a desigualdade de gênero cerceia o direito à cidade daqueles que não se encaixam no padrão de cidadão ideal. Ao mesmo tempo, a experiência abre caminhos para discutir soluções que levem em conta necessidades heterogêneas.

Sendo assim, trajetos e cartazes são o ponto de partida para uma discussão que ultrapassa o mero caminhar mecânico e exige questionamentos profundos sobre o sistema político vigente. O produto desse debate mobiliza temas complexos, mas ainda assim imprescindíveis para o “pensar e fazer” cidades na era da crise urbana.

A partir da propagação da imagem de ADA pretende-se retomar o conceito de que a sociedade é responsável por transformar a cidade à sua volta, mas também é dela a responsabilidade de olhar por si mesma e zelar pelos direitos de seus integrantes.

A questão que este trabalho pretende deixar é: de que maneira a arquitetura é capaz de gerar questionamentos e debates horizontais que reaproximem sociedade e política?

A mulher, assim como as demais minorias, tem a árdua tarefa de cravar seu lugar na representatividade pública e lutar para nunca retroceder nos direitos que as libertaram do confinamento doméstico. Agora cabe aos arquitetos e urbanistas o dever de exercer o ofício da forma mais consciente e humanizada, à luz das questões de gênero, raça e classe que ainda restringem o pleno direito à cidade.

Referências

- Baum, Kelly (2008). The sex of the Situationist International. *October Magazine*, (126), 23-43.
- Biroli, Flávia, e Miguel, Luis Felipe (2014). *Feminismo e política*. São Paulo: Boitempo.
- Dampsey, Amy (2011). *Estilos, escolas e movimentos. Guia enciclopédico da arte moderna*. São Paulo: Cosac Naify.
- Debord, Guy (1960). Manifesto Internacional Situacionista. Em *Internacional Situacionista*, nº4.
- Gehl, Jan (2017). *Cidades para pessoas*. São Paulo: Perspectiva.
- Gouges, Olympe de (2007). Declaração dos direitos da mulher e da cidadã. *Interthesis*, 4(1).
- Moura, Samantha N. C. (2014). A separação entre esfera pública e privada um confronto entre John Locke, Jean-Jaques Rousseau e Carole Pateman. *Gênero e Direito*, (1), 13-26.
- Pateman, Carole (1993). *O contrato sexual*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Rousseau, Jean-Jacques (2011). *Do contrato social*. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras.

Solnit, Rebecca (2001). *Wanderlust – a history of walking*. Nueva York: Penguin Books



Los textos publicados en esta revista están sujetos –si no se indica lo contrario– a una licencia de [Atribución CC 4.0 Internacional](#). Usted debe reconocer el crédito de la obra de manera adecuada, proporcionar un enlace a la licencia, e indicar si se han realizado cambios. Puede compartir y adaptar la obra para cualquier propósito, incluso comercialmente. Puede hacerlo en cualquier forma razonable, pero no de forma tal que sugiera que tiene el apoyo del licenciante o lo recibe por el uso que hace. No hay restricciones adicionales. Usted no puede aplicar términos legales ni medidas tecnológicas que restrinjan legalmente a otros a hacer cualquier uso permitido por la licencia.